A performance do viver clandestino[1]

Cristina Nogueira

A clandestinidade comunista emana de uma cultura política particular e caracteriza um modo de vida próprio, ao serviço de determinados objetivos. A expressão "cultura" é aqui definida, a partir do pensamento de Tylor, como "um conjunto articulado de maneiras de pensar, de sentir e de agir mais ou menos formalizadas que, sendo apreendidas e partilhadas por uma pluralidade de pessoas, servem, de uma maneira simultaneamente objetiva e simbólica, para organizar essas pessoas numa coletividade particular e distinta" (Rocher, 1989). A cultura é um fenómeno social, ou seja, estas maneiras de pensar, agir e sentir são adquiridas e construídas socialmente e características de um determinado conjunto social. Como refere Reimão, as culturas englobam as formas de vida social que podem ser isoladas de outras de igual natureza, ou seja, a cultura é pertença de um dado grupo (Reimão, 1996:310). Ser clandestino significava pertencer a uma cultura própria – a clandestinidade comunista.

Para se ser clandestino, cada um tinha de mascarar a sua identidade e fingir ser um outro – outrar-se[2]. Transmutar-se em alguém anónimo e

---

1 - Este texto enquadra o projecto "*Estado e memória: politicas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009)*", com investigadores de vários países europeus, coordenado por Manuel Loff (FLUP), financiado pela FCT, e iniciado a 1.4.2012 (PTDC/HIS-HIS/121001/2010).

2 - Esta expressão é pedida de empréstimo a Alexandre Castanheira e ao seu romance *Outrar-se ou a longa invenção de mim*, 2003. Porto: Campo das Letras. Alexandre Castanheira nasceu em 1928 e licenciou-se em Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa e em Literatura Moderna na Universidade de Paris VIII. Perseguido pela PIDE partiu para o exílio em França onde viveu vários anos.

montagem ant e perf.indd 169 11/02/14 22:36:29

desconhecido. Aida Magro[3], num depoimento publicado, considera: “O que era a clandestinidade? A clandestinidade não era mais do que a passagem ao anonimato, com o objetivo de nos furtarmos às perseguições da PIDE e podermos com mais facilidade lutar contra o fascismo” (Melo, 1975:140).

Num trabalho sobre mulheres clandestinas e ex-presas políticas da Ditadura Militar no Brasil, Elisabeth Xavier Ferreira considera que o mais insólito dos ajustes que os clandestinos têm de fazer na situação de clandestinidade “talvez seja a consequência do fenómeno da sua morte civil, ou seja, o seu desaparecimento do ‘mundo legal’, primeiro passo na desesperada luta pela sobrevivência (Ferreira, 1996:60). Não se trata de assumir uma vida anónima na clandestinidade, como refere Aida Magro, mas de assumir uma outra identidade, ou melhor, uma nova forma de identificação, pois cada um passa a representar um papel que não foi construído através do seu percurso de vida.

Esta metamorfose implicava regras, normas e códigos. O conhecimento de um mundo inteiramente novo, em que nada é o que aparenta e em que é preciso constantemente aparentar-se o que não se é. Num relato autobiográfico, Alexandre Castanheira escreve:

> *“Foi das coisas que mais dificuldades trouxeram a Carlos. Tudo era novo para ele. Os nomes, as ruas, os números de telefone (que também não se podiam apontar, claro!), as zonas de encontro na cidade, as casas para reuniões – as chamadas casas de apoio, em que os camaradas da casa estavam proibidos de andar na luta, para que ninguém pudesse desconfiar deles e as casas fossem assim seguras para as reuniões – as matas dos arredores para encontros mais demorados. Um nunca mais acabar de códigos a memorizar.” (2003:66)*

A atividade exercida no PCP pelos seus militantes na legalidade ou na clandestinidade estava sujeita a regras que todos deveriam cumprir. Eram estas normas de conduta que permitiam à organização sobreviver evitando as investidas policiais. Eram, na linguagem usada na clandestinidade, as *regras conspirativas*.

Se os militantes na legalidade tinham regras para cumprir, estas tornavam-se particularmente presentes para aqueles que estavam na

3 - Aida Magro juntou-se na clandestinidade ao seu companheiro José Magro no fim da II Guerra Mundial. Foi presa em 27 de Maio de 1957 e julgada a 1 de Julho de 1958. Condenada a 2 anos e meio de prisão permaneceu detida durante 6 anos.

montagem ant e perf.indd 170 11/02/14 22:36:30

clandestinidade. No livro *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria*, publicado pelo PCP, um documento intitulado "Resoluções para defesa" enumera algumas dessas *regras conspirativas*:

> *"- Não voltar aos locais onde se tenham visto coisas estranhas sem discussão prévia.*
>
> *- Não contactar com camaradas que possam ter sido denunciados sem discussão prévia.*
>
> *- Apurar com objectividade e com o máximo de elementos as situações conspirativas que cheguem ao nosso conhecimento.*
>
> *- Restringir ao necessário os contactos com a organização. Procurar fazer bons encontros e reuniões de forma a que cada camarada saiba o que tem a fazer*
>
> *- Educarmos os camaradas para que não escondam os seus erros.*
>
> *- Quando hajam dúvidas sobre a segurança das instalações não hesitar em tomar medidas imediatas. Se saírem não deixarem nenhum material que possa revelar ser a instalação uma casa do Partido.*
>
> *- Perante a má situação conspirativa de qualquer camarada não hesitar em recuar.*
>
> *- Limitarem rigorosamente a sua movimentação às zonas dadas.*
>
> *- Planificar a movimentação antes da saída de casa.*
>
> *- Discutir com a organização o porte na polícia. Fazer para que em caso de prisão cada camarada não seja apanhado de surpresa face às artimanhas e actuação da polícia. Procurar transmitir experiências do Partido.*
>
> *- Quando da prisão de um camarada que tenha dificuldades económicas fazer chegar solidariedade imediata. Na primeira fase dar solidariedade material do Partido e fazer tudo para que a organização ou com.[issão] Assistência a dê regularmente. Todos os esforços para que a féria seja assegurada.*
>
> *- Revisão constante dos apontamentos que temos em casa. [imperceptível] De forma correcta verificar apontamentos dos camaradas.*
>
> *- Evitar utilizar o telefone e quando necessário tomar todas as precauções" (1982:52)*

montagem ant e perf.indd 171 11/02/14 22:36:30

Para além destas regras explicitamente escritas, a vida clandestina implicava outras, que eram aceites antes do *mergulho* na clandestinidade, entre elas a inexistência de qualquer contacto com familiares ou amigos ou com a terra de origem, o que levava à ausência de notícias dos familiares mais próximos por vezes durante vários anos.

De cada vez que se deslocavam, os clandestinos tinham a preocupação de realizar *cortes,* expressão utilizada na linguagem da clandestinidade e que significava que em vez de se dirigirem diretamente para o local pretendido, faziam vários desvios, por vezes tomando vários transportes – o elétrico, depois o táxi, caminhando a pé, o elétrico novamente...

Existiam *regras conspirativas* para a defesa da casa clandestina – a obrigatoriedade de ser colocado um sinal que marcasse a casa e indicasse ao clandestino que a ela se dirigisse que esta não estava sob vigilância policial.

Estas regras foram identificadas pela PIDE, que, com o passar dos anos, foi ganhando conhecimento acerca da forma de organização do PCP. Entre outros, exemplo disso é a circular[4] datada de 4 de Janeiro de 1960 e enviada a todas as autoridades administrativas e policiais na sequência da fuga de Peniche[5]. Num total de 14 pontos são enunciadas algumas características da vida na clandestinidade, nomeadamente que "geralmente é um casal que se instala", "a mulher faz as compras sempre a dinheiro", "quando nas casas existem dois homens e uma mulher ou dois casais, o excedente do casal alugador é sempre apresentado à vizinhança, como família", "a mulher pode ir a casa de qualquer vizinha com quem, se relacione, mas em sua casa não deixa entrar qualquer pessoa estranha", "não é hábito os habitantes dessas casas frequentarem cafés, cinemas, tabernas ou qualquer lugar público de recreio". Pela leitura desta circular pode depreender-se que a polícia política tinha um conhecimento profundo sobre o modo de funcionamento clandestino do PCP, nomeadamente através do conhecimento dos folhetos e circulares do Secretariado do partido. Como refere Pacheco Pereira:

> "*o PCP e a policia política, nas suas diversas designações, começavam um jogo de interações que duraria até 1974. Ambos começaram a conhecer-se melhor, a conhecer os processos,*

---

4 - TT Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Cx. 340, pasta 50, Circular nº 76-SR- PIDE de 04/01/1960

5 - Em 3 de Janeiro de 1960 um grupo de 10 dirigentes do PCP, entre os quais 6 membros do Comité Central, Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Jaime Serra, Carlos Costa, Francisco Miguel, Pedro Soares, Rogério de Carvalho, Guilherme de Carvalho, Francisco Martins Rodrigues e José Carlos, fogem de Peniche, contando com a colaboração de um guarda da GNR.

montagem ant e perf.indd 172 11/02/14 22:36:31

as técnicas e os homens e a moldar-se mutuamente, cada um esperando enganar o outro. A cada prisão, a cada desmantelamento de organizações, respondia o PCP com um estudo apurado das circunstâncias e das causas, que levava a uma mudança de métodos conspirativos e de estruturas organizativas" (Pereira,1993:57).

Exemplo desta capacidade de alterar comportamentos e regras com base na informação obtida do conhecimento que a PIDE tinha acerca da organização é uma circular[6] da Comissão Executiva do Comité Central do PCP, de Abril de 1963, em que são analisados e divulgados vários erros conspirativos por parte de funcionários do PCP, que por isso são censurados. Esta circular termina com um apelo ao cumprimento intransigente das *regras conspirativas*:

"Há que continuar a chamar a atenção de todos os funcionários para as possibilidades que a repressão tem em nos atingir. Temos de continuamente rever como estamos trabalhando, quais os pontos fracos da nossa defesa e lutar para os eliminar. Temos de contrariar a tendência em descansarmos nos sucessos conseguidos, em minimizarmos a repressão com o tempo que passa sem nos atingir. Para isso é preciso uma ajuda mútua muito grande e um intenso espirito crítico e auto-crítico. Ante as dificuldades graves que o fascismo está encontrando, cada vez ele terá mais atenção para aproveitar as nossas debilidades e os erros, cada vez lançará mais ofensivas repressivas para nos alcançar. Para contrariar essa acção, lutemos contra as nossas falhas com intransigência, eliminemos do nosso trabalho os erros grosseiros, compreendamos rapidamente o que é a disciplina dentro do Partido. Só assim poderemos ter sucessos na defesa do nosso trabalho. Esse é um factor fundamental para alcançarmos sucessos também na acção geral do nosso Partido"

Os encontros, quando ocorriam entre dois militantes que não se conheciam, eram realizados através da utilização de uma *credencial*, ou seja, o contacto era iniciado com uma senha e contra-senha (pergunta e respectiva resposta previamente conhecidas por ambos), e posteriormente havia ainda a reunião de duas partes de um papel: carta de jogar, bilhetes de autocarro, palmilha de sapato, etc. cada uma na posse de um dos elementos e que deveriam encaixar.

6 - ADLSB-JUD-TCL Proc. 45076 Cx. 019

montagem ant e perf.indd 173 11/02/14 22:36:31

Uma regra que era usada nos anos 30 e que continuou a ser utilizada após a reorganização de 1940/41 era o cumprimento do *minuto conspirativo.* Sempre que um encontro era realizado na rua ou num espaço público, combinavam no início do mesmo, uma justificação plausível a dar para o facto de estarem ali.

A vida na clandestinidade obrigava ao afastamento relativamente a espaços sociais de convívio, ao estreitamento da rede de relações sociais que estavam confinadas aos outros clandestinos, aos restantes militantes na legalidade com quem contactavam, nomeadamente aqueles que se encontravam nos *pontos de apoio* e às relações de vizinhança, que nunca eram suficientemente próximas para que a intimidade se instalasse. Implicava ainda a normatividade de aspetos fundamentais da identidade individual de cada um: o nome e o aspeto físico. *Mergulhar* na clandestinidade significava assumir uma outra identidade, logo um outro nome, ou mais concretamente diferentes nomes[7]. Apesar de todos aqueles que exerciam atividade partidária, clandestinos ou não, usarem pseudónimos, era na clandestinidade que eles se sobrepunham ao nome de cada um. Um clandestino deixava definitivamente de usar o seu nome e passava a identificar-se com o(s) pseudónimo(s) que usava mais regularmente e que variavam com o tempo, o cargo ou a função. Existiam os nomes falsos, usados no arrendamento das casas e no contacto com os vizinhos, e os pseudónimos utilizados para a atividade partidária. Utilizado a partir da década de 30 e composto geralmente por dois nomes, passa a partir dos anos 40 a ser composto apenas por um nome, que tanto podia ser um nome próprio como um apelido – João, Vilar, António, Melo, Lira, Fontes... Era um nome vulgar, que pretendia passar despercebido. Na atividade política eram usados vários pseudónimos, de acordo com o organismo em que o clandestino se encontrava. As mulheres que desempenhavam uma atividade política de organização ou direção usavam frequentemente pseudónimos masculinos. É o caso de Sofia Ferreira que foi «Soares», Georgette Ferreira «Paiva» ou Cândida Ventura «André». A utilização destes pseudónimos era usada com a justificação de que assim era mais difícil de detectar a identidade dos seus detentores, no entanto, não são conhecidos até ao momento pseudónimos femininos usados por homens, o que se pode justificar devido à cultura masculina dominante e ao desconforto que a utilização de um pseudónimo feminino poderia provocar

7 - Para Pierre Bourdieu (1997) o nome próprio é o atestado visível do seu portador, ou seja, é uma imposição arbitrária que permite ao indivíduo a apresentação oficial de si mesmo.

montagem ant e perf.indd 174 11/02/14 22:36:31

a um homem. A utilização de pseudónimos implicava que mesmo aqueles que, diária e diretamente contactavam com o clandestino, por vezes durante anos, desconhecessem a sua verdadeira identidade.

A identidade de cada um tinha de ser camuflada e era necessário a assunção de uma nova forma de ser que obrigava a uma atenção pormenorizada nos mais ínfimos detalhes, entre eles, a forma de falar, a pronúncia ou os termos usados na conversação.

Scott utiliza os conceitos de "discurso público" e "discurso oculto". O primeiro é "sistematicamente enviesado na direção do libreto, do discurso interpretado pelo grupo dominante. Em termos ideológicos, o discurso público, tende, por força do seu tom conciliador, a produzir justificações convincentes para a hegemonia dos valores e do discurso dominante" (Scott, 2013:31), enquanto o segundo "tem lugar nos 'bastidores', fora do campo de observação direta dos detentores de poder" (idem). No caso da situação de clandestinidade, o "discurso público" era usado perante toda a sociedade, pois numa situação de ditadura, como a que se vivia em Portugal, todos poderiam ser "informadores" da polícia politica e detectar o menor "deslize", que deveria estar de acordo com o discurso dominante. O "discurso oculto" surgia apenas entre "camaradas do partido", de estrita confiança e revelava-se através das folhas impressas dos jornais e panfletos que o PCP distribuía à população. Aqui, a linguagem era outra, diferente do discurso dominante e dava conta de uma outra realidade, uma realidade de lutas e conquistas, uma realidade de resistência, desconhecida de grande parte da população. Como refere James Scott, "as relações de dominação são, simultaneamente, relações de resistência. Uma vez estabelecida, a dominação não se autoperpetua naturalmente" (Scott, 2013:83), acrescentando que "as elites dominantes procuram retratar a ação social no discurso público como, numa imagem metafórica, um desfile, negando deste modo por omissão, a possibilidade de uma ação social autónoma por parte dos subordinados" (idem). Era este o papel que desempenhava a censura – a ocultação de qualquer forma de ação social por parte dos dominados. Era a desocultação desta ação e o apelo à luta e à resistência que a imprensa do PCP tinha por função. Contudo, por vezes, existia um "discurso público" que escondia no seu interior um outro discurso. Para conseguir passar as malhas da censura, por vezes o discurso tinha de usar os cânones do discurso dominante, "enganando" os censores. A este propósito, dá-se como exemplo o texto de Álvaro Cunhal [António Vale] – "Cinco notas sobre forma e conteúdo", *Vértice*, Agosto – Setembro 1954, que tendo sido escrito estando o seu autor

montagem ant e perf.indd 175 11/02/14 22:36:32

na prisão, e numa situação de grande repressão sobre o PCP, conseguiu encontrar forma de divulgar o texto numa publicação legal.

Para a permanência na clandestinidade não era suficiente a mudança de nome ou de aspeto físico, era necessário criar uma personagem e representar um papel, criar uma ilusão. Era necessário viver permanentemente em performance. Antes de mais, era necessário fazer crer de que não sabiam nada de política, nem queriam saber e que viviam uma vida pacata e normal como qualquer pessoa. Isso implicava cuidados nos mais ínfimos pormenores para não se cair em "faux pas", o que de acordo com Goffman acontece quando são introduzidos factos da vida passada do actor durante a representação que desacreditam ou enfraquecem as projeções que o actor está tentando projetar relativamente à sua personalidade (Goffman, 1999:192). Na situação de clandestinidade o descrédito introduzido por uma falha do actor não produziria apenas o constrangimento que ocorreria numa situação social normal, mas acarretaria os inerentes perigos de ser desocultado e em consequência disso, preso. A representação tinha de ser levada a cabo até ao fim e não podia ser interrompida, aceitando-se o risco de duplicidade que ela implicava.

Convém referir que, na generalidade, existia uma distinção de tarefas quanto ao género. Assim, às mulheres estava sobretudo reservada a tarefa da *defesa da casa,* enquanto aos homens competiam tarefas no exterior, de transporte de imprensa ou de *controlo* de comités regionais, de zona, locais ou de empresa.

A *defesa da casa* consistia na vigilância exercida em torno desta e no estabelecimento de relações com os vizinhos. Era um trabalho desempenhado pelas mulheres e que originava um grande isolamento. Num artigo publicado por «Joaquina»[8] no jornal *A Voz das Camaradas das Casas do Partido,* nº 4 de Setembro de 1956, esta tarefa é assim descrita:

> *"A defesa conspirativa da casa é a nossa principal tarefa.*
>
> *Devemos, por um lado, vigiar cuidadosamente o que se passa à volta dela, saber quem é a vizinhança. Por outro lado, dar à nossa vida um aspecto legal, procedendo de acordo com a explicitação que demos da nossa vida. Encontrar sempre uma explicação aceitável para os nossos actos.*
>
> *Evitar mistérios sobre a casa e os seus habitantes, sem no entanto dar uma liberdade exagerada à vizinhança que facilite as perguntas indiscretas e a entrada em casa.*

8 - Este pseudónimo não foi identificado.

montagem ant e perf.indd 176
11/02/14 22:36:32

Neste aspecto a nossa regra deve ser: sermos amáveis com a vizinhança, mas evitar um convívio estreito que dificulte a nossa vida. Esta é aliás uma atitude perfeitamente aceitável, pois a maioria das pessoas procede assim. Proceder sempre cuidadosamente e evitar quanto possível tomar certas atitudes ou ter certas conversas sem antes termos conversado com os camaradas a esse respeito. Principalmente ter muito cuidado com o que dizemos, não só no que respeita a dar opiniões que possam ser um indício político (salientar os casos de miséria que nos rodeiam, empregar palavras tais como: burguês, proletário, imperialista, etc.) mas também não nos contradizermos nas várias desculpas que vamos dando para explicar a nossa vida, para esconder muitas das nossas faltas em objectos e roupas, para justificar a nossa pouca convivência, etc.

De tudo o que observemos e nos pareça estranho, ou se cometermos alguma falta involuntária, devemos dar conhecimento aos camaradas da casa, pois, sendo mais experientes, podem ver algum indício suspeito que nos tenha escapado, ou ajudar a corrigir a nossa atitude nos aspectos que seja preciso modificar."

Eram elas que ficavam sozinhas em casa, enquanto os companheiros permaneciam no exterior, por vezes durante vários dias. Eram elas que tinham de ter atenção constante e permanente a todos os movimentos, todas as conversas, todos os procedimentos. Tudo o que era dito e feito era controlado e tornado plausível. Era a elas também que competia a gestão do dinheiro, assim como as compras e restante trabalho doméstico. Aliado a este trabalho de *defesa da casa,* estavam normalmente tarefas de dactilografia, recortes de jornais[9] e outras tarefas de secretariado – o denominado *trabalho técnico*. Esta discrepância de *tarefas* de acordo o género é justificada com a defesa da organização e com os cuidados que se teriam de ter, pois era difícil e injustificável o encontro de uma mulher, muitas vezes com homens, em horários e locais "pouco convenientes".

Se a clandestinidade implicava o corte de relações com os familiares, com a vida que anteriormente se tinha, com a comunidade de origem, com o território que se conhecia, implicava também a separação dos filhos, assim que eles atingiam determinada idade. A partir dos 4 ou 5 anos tornava-se difícil manter na vida clandestina uma criança que fazia perguntas, não

9 - A leitura do jornal diário era obrigatória e competia às mulheres o recorte e mesmo a catalogação de notícias que considerassem relevantes.

montagem ant e perf.indd 177 11/02/14 22:36:32

podia ir à escola, nem ter amigos da sua idade para brincar – impunha-se, na generalidade dos casos, a separação. Assim, ou as crianças eram entregues a algum familiar ou iam para a Escola de Ivanovo, na URSS, que acolhia crianças de diferentes locais do mundo. O relato da separação dos filhos surge sobretudo por parte das mulheres – as mães – de uma forma extremamente emotiva. Esta separação era uma separação sem uma data limite, pois no momento em que se separavam dos filhos não sabiam nunca quando iria ser possível o reencontro e normalmente isso implicava uma separação por largos anos.

As crianças na clandestinidade constituíram um fator de irracionalidade complexo e difícil de controlar. Se até aos dois ou três anos não representavam qualquer problema e até ajudavam a conferir uma imagem de normalidade ao "casal" clandestino, a partir do momento em que adquiriam consciência do mundo que as rodeava e começavam a falar, passavam a ter contactos com o exterior reduzidos e a ser proibidas de contar o que se passava. Como refere Maria Luísa Costa Dias[10], "o princípio de imprimir no seu espírito o culto da verdade é difícil de pôr em prática" (Dias, 1982:61). À criança era contada uma história que justificasse aquilo que sabia, assim como era proibida de relatar aquilo que via. Num cadinho, verdade e fantasia eram doseadas, numa fórmula difícil de equilibrar. Era como se o mecanismo da repressão que ameaçava os pais os levassem a comportar-se do mesmo modo com os filhos, pois "o veneno da repressão insinuara-se na mentalidade dos pais e colava-se a eles como uma segunda pele" (idem:23).

Alguns autores consideram que a clandestinidade se assemelhava a uma "instituição total", conceito criado por Goffman (1996) para caracterizar os manicómios, prisões e conventos. De acordo com este autor, o que caracteriza uma "instituição total" é a rutura de barreira entre os diferentes momentos da vida que passavam a ser realizados num só local debaixo de uma única autoridade. Havia assim uma uniformização de atitudes, nesse local e debaixo desse poder, que eram conduzidas para um único objetivo, o da instituição. Pode-se pois considerar que existia na clandestinidade alguns dos traços das "instituições totais", desde logo a normalização dos aspetos da vida quotidiana. No entanto, nem os clandestinos estavam confinados a um só local, nem havia constrangimentos suficientemente fortes que os impedissem de quebrar as regras estabelecidas. É ainda de salientar que

10 - Nos anos 30 do século XX pertenceu ao Socorro Vermelho Internacional. Esteve 20 anos na clandestinidade e 7 anos presa. Era membro do Conselho da Federação Democrática Internacional das Mulheres. Faleceu em Maio de 1975.

montagem ant e perf.indd 178 11/02/14 22:36:33

são conhecidas circulares do Secretariado do PCP aos clandestinos em que se pede a opinião ou se realizam inquéritos sobre várias questões de funcionamento, de formas de atuação, etc. Apesar da compartimentação existente havia a democraticidade possível numa organização clandestina, ditada pelo "centralismo democrático". As *regras conspirativas* existiam com um único objetivo: defender a organização e cada clandestino das investidas policiais, o que não impedia que cada um não as cumprisse. Existia um controle exercido pela estrutura partidária, pelos seus pares, pelo *controleiro* e pela direção partidária, mas era um controle remoto e *a posteriori*, aliás muitas das investidas da polícia ficaram a dever-se a falhas nos *cuidados conspirativos*.

Por certo a situação de clandestinidade impunha constrangimentos, e a necessidade de cumprir normas e regras estabelecidas, com o objetivo de defender a "instituição" – o PCP – das investidas policiais, o mesmo é dizer, defender cada clandestino da prisão, no entanto não consideramos que a coerção e controle exercidos fossem semelhantes aos que acontecem numa "instituição total", tal como é definida por Goffman, pois nem os constrangimentos eram suficientemente fortes para impedir o incumprimento das regras como é característico de uma "instituição total", nem existia ausência de liberdade de opção para a entrada e saída da clandestinidade, nem os clandestinos estavam obrigatoriamente confinados a um só local, apesar de terem a sua mobilidade muito coarctada.

Na clandestinidade comunista, entre os anos 40 do século passado e até à revolução de Abril de 1974, os comunistas na clandestinidade viviam, reuniam e trabalhavam em *casas clandestinas*. Não eram as casas em si que eram clandestinas, mas o seu arrendamento, que era baseado em nomes e dados falsos. Apesar de anteriormente já existirem casas com esta função é a partir da reorganização de 1940/41 que passam verdadeiramente a constituir a estrutura material da atividade clandestina. A partir da reorganização do PCP de 1940/41 era nestas casas que ocorriam as reuniões, que estavam instaladas as tipografias, assim como o aparelho de falsificação de documentos, e era nestas casas que habitavam os clandestinos. Formavam o *aparelho ilegal*.

É extremamente difícil calcular o número de *casas clandestinas* existentes pelo país ao longo de diversos anos. O PCP na sua obra *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria* afirma que "foram centenas, espalhadas por todo o país" (1982:54) e, invariavelmente, quando questionámos algumas pessoas em relação às *casas clandestinas* que habitaram obtivemos como

montagem ant e perf.indd 179 11/02/14 22:36:33

resposta “foram várias casas, vários sítios”. Os clandestinos com quem conversámos conseguem, procurando na memória, referir algumas das casas que habitaram, sem contudo serem capazes de as enunciar a todas ou de indicarem um número exato de casas habitadas pelos próprios.

A *casa clandestina* representava o espaço onde o clandestino se sentia em segurança e por isso é um espaço densamente marcado. Para saber que podia regressar a casa, à *companheira* que a habitava competia, num local do caminho, colocar um sinal: uma pedra num poste de iluminação, um risco no marco da estrada.

Aparentemente eram casas como todas as outras e, para manter a segurança, os clandestinos que as habitavam procuravam mimetizar-se com o meio envolvente. Tal como os camaleões que adotam a cor que melhor lhes convém para passarem despercebidos também os clandestinos assumiam a profissão, o aspeto físico e até a pronúncia adequada para permanecerem no anonimato. Assim, as casas clandestinas são habitadas preferencialmente por um casal heterossexual, uma família (na realidade ou fictícia), por vezes acompanhadas por um “tio”, “primo” ou “irmão” para o qual era encontrada justificação adequada à sua permanência na casa.

Nos anos 40 ou 50 do século passado, historicamente tão próximos, mas tão distantes dos hábitos sociais e culturais atuais, um homem ou mulher a viverem sós era extremamente raro e mais estranho ainda seria dois homens a viverem juntos. Deste modo, quando só, o clandestino habita geralmente em quartos alugados, precários e mais inseguros, pois a intimidade não estava salvaguardada do mesmo modo que numa casa.

Como já foi referido anteriormente, o elemento masculino do casal desempenhava tarefas no exterior, ausentava-se por vezes por vários dias e entrava e saía de casa com alguma irregularidade de horários, devendo encontrar uma justificação adequada para junto dos vizinhos tornar plausível a sua vida: ser caixeiro-viajante, engenheiro, etc. Durante estas saídas o clandestino contactava com os organismos pelos quais era responsável e discutia a situação política e as lutas a desenvolver. Ao elemento feminino do casal competia geralmente a tarefa de *defesa da casa*, ou seja, era à mulher que competia estabelecer um relacionamento com o exterior que permitisse criar confiança com a vizinhança, mas nunca em demasia, estando atenta a todos os sinais que pudessem indicar que a casa estava a ser vigiada ou que existia algum tipo de suspeita sobre os seus elementos.

As atividades exercidas dentro de casa eram rodeadas de *cuidados conspirativos* para que não fornecessem qualquer tipo de suspeita para o

montagem ant e perf.indd 180 11/02/14 22:36:33

exterior. O barulho da máquina de escrever, existente em muitas casas, para que fosse possível escrever e copiar relatórios, panfletos, artigos de jornal, etc. era reduzido através de uma caixa almofadada onde esta se colocava para que não se pudesse ouvir o barulho das teclas. Quando se realizavam reuniões em casa que implicavam a presença de outros clandestinos, estes chegavam a horas diferentes do dia, de forma espaçada e geralmente à noite para que a sua presença não fosse notada pelos vizinhos. Por vezes permaneciam mais do que um dia a reunir, pois o risco de realizar uma reunião longa era menor do que o risco de realizar várias reuniões num curto espaço de tempo.

A escolha da casa a arrendar era efetuada tendo em conta o risco que corriam de ser invadida pela polícia política a qualquer momento. Assim, sempre que possível procuravam casas com várias frentes, com boa vista para o exterior de diferentes ângulos, de preferência com mais do que uma entrada e se possível nos limites das povoações, para permitir a fuga em caso de necessidade. Quando um clandestino arrendava uma casa não sabia nunca por quanto tempo a iria habitar, mas na generalidade era por um curto espaço de tempo. Muitas vezes habitavam apenas por alguns meses, sendo a mobilidade intensa. Bastava uma suspeita de um vizinho, alguém conhecido que se vê numa rua próxima ou uma pessoa que sem justificação se encontra por várias vezes, para a casa ser abandonada:

O clandestino andava permanentemente de casa às costas. Hoje ia para aqui porque tinha tarefas nesta região do país, amanhã mudava para ali porque a vizinha fez um comentário suspeito sobre a vida na casa. Corria o país de lés a lés, contudo saía apenas para a realização das suas tarefas, só para o que de facto é imprescindível, o que lhe dava um conhecimento residual das cidades e vilas onde habitava. Podia viver anos e anos no Porto, ficando confinado a zonas demarcadas da cidade sem ter a noção real da distância de uma zona à outra ou sem conhecer zonas fundamentais da cidade. Tinha uma visão fragmentada da cidade. É de salientar ainda, que sempre que havia a necessidade de arrendar uma casa a direção partidária indicava a zona onde esta deveria ser procurada para que não existisse o risco de dois clandestinos habitarem em áreas próximas.

Desta mobilidade pode-se depreender que eram reduzidos os haveres que os clandestinos tinham nas suas casas. Com efeito, é referida a modéstia e humildade das casas e mesmo quando estas eram de renda mais elevada, o comum era terem uma entrada com móveis e outros objetos adequados ao estatuto socioeconómico que aqueles que a habitavam diziam ter e tudo o

montagem ant e perf.indd 181 11/02/14 22:36:34

resto ser mobilado com a mesma modéstia das restantes casas.

Esta modéstia no recheio das casas é ainda possível de constatar através dos autos de busca e apreensão efetuados pela polícia política. De seguida transcreve-se um auto de busca e apreensão efetuados pela PVDE e apresentado em Tribunal[11], e que pode servir para mostrar os objetos concretos, tangíveis, materiais com que viviam os clandestinos.

> "Aos 14 de Junho de 1945, neste lugar de Guarda, freguesia de Moreira da Maia, concelho da Maia, numa casa onde se encontrava a sede ilegal do Comité Local do Porto do PCP, habitada pelos arguidos Miguel Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda, Armanda da Conceição Silva Martins Forjaz de Lacerda e Albano Alves Simão, compareceu por ordem superior Fernando de Sousa de Araújo Gouveia a fim de passar busca e apreender armas, jornais e manifestos clandestinos ou quaisquer outros objectos que porventura possam interessar a esta Polícia.
>
> 1 pistola marca "STAR", calibre 7,75mm, nº 9813, com 14 balas para a mesma
>
> 1 pistola marca BULLWARK, calibre 6,35mm, nº 3153, com 5 balas para a mesma
>
> 1 máquina de escrever tipo comercial marca ROYAL
>
> 1 aparelho rádio marca «MULAR»
>
> 2 lâmpadas eléctricas portáteis
>
> 1 pasta
>
> 3 malas de mão
>
> 1 bicicleta, com bomba e dínamo
>
> Várias pastas com documentos referentes à organização clandestina
>
> 11 O Partido e as grandes greves de 1942/43
>
> 16 Tarefas de organização
>
> 110 Programa de emergência do governo provisório
>
> 12 Actividade do grupelho provocador
>
> 14 1º Congresso do Partido Comunista Português
>
> 2 A democracia e o socialismo
>
> 2 Classe operária e os camponeses

11 - TT – PIDE/DGS, Directoria Porto, Pç. 729/45

montagem ant e perf.indd 182 11/02/14 22:36:34

2 Economia planificada e snobismo

5 Na Ilha de Santiago, Cabo Verde, Salazar instalou o campo da morte do Tarrafal

174 Militantes pequenos

13 Militantes grandes

50 O Jovem militante

477 Panfletos de agitação aos operários

4 A causa das crises

2112 Avante

270 Libertação Nacional

71 Unir

12 SVI, pequenos

16 SVI, grandes

79 Comodismo

2 Fernando Claudim

1 Eis o que Stalin pensa

1 Menino da mata e o seu cão piloto

14 Boletim Anti-fascista de informação

10 O Mundo novo

197 Comunicado ao povo português

216 Na ilha de Santiago, Cabo Verde, dezenas de anti-fascistas continuam numa morte certa

29 Aos trabalhadores do Norte de Portugal

16 Os GAC's

33 Grupo de Anti-fascista de Combate GAC

77 Trabalhadores do Alentejo

93 Ao povo português e filhas de Portugal

399 Panfletos clandestino diversos, incluindo alguns em língua espanhola

1 estante com portas de vidro em madeira

1 cama de madeira, com colchão

1 divã, de madeira com colchão

2 maples de madeira

1 mesa de cabeceira de madeira

1 mesa redonda de madeira

2 mesas de madeira pequenas

montagem ant e perf.indd 183 11/02/14 22:36:35

1 secretária de madeira
1 coluna de madeira
1 banco de cozinha de madeira
5 cadeiras de madeira
1 bicicleta com dínamo e bomba
2 pneus sobressalentes
1 mala de madeira
2 armários de madeira com gavetas para roupas
1 prateleira de madeira
1 candeeiro de secretária em ferro para duas lâmpadas
7 cobertores diversos
1 irrigador
3 almofadas com as respectivas fronhas
2 colchas
4 lençóis
1 escova de piassaba
1 fogareiro de ferro
3 alguidares de barro

1 bacio para cama
1 panela de esmalte
1 panela de aluminium
1 tacho de aluminium
1 fervedor de aluminium
1 fogareiro para petróleo
1 açucareiro
1 ferro para engomar e respectivo descanso
1 candeia para azeite"
1 lata de folha, com um maço de algodão
1 vassoura de piassaba
1 jarro de barro
1 saladeira
1 vela de cera
1 bilha de barro
2 candeeiros completos para petróleo
1 trempe em ferro para fogão de petróleo

montagem ant e perf.indd 184 11/02/14 22:36:35

3 prateleiras de madeira

1 candeeiro eléctrico para mesa de cabeceira

2 estatuetas elefantes

1 busto de Camões

1 açafate pequeno

2 lâmpadas eléctricas

2 guardas-chuvas

105 peças de roupa, para homem e mulher de várias qualidades e feitio

1 suporte de bagagem

1 mala com várias peças de ferramenta

10 pares de sapatos, usados, para homem

3 pares de botas usadas para homem

1 par de botins de borracha

4 pares de pantufas

3 pares de sapatos de mulher

Diversas peças de material eléctrico

4 chapéus para homem

1 escova para fato

15 cabides

1 mala para senhora

470 livros de matéria subversiva

305 folhetos subversivos

86 embalagens com medicamentos vários

1 seringa

Vário material de expediente e ainda outros objectos, tais como:

Frascos de tinta de escrever, canetas, máquina de furar papeis, um sinete, suportes de canetas, corta-papeis, lápis, máquina de agrafes, clips, cola raspadeira, escovas para limpar máquinas

3 termómetros

1 caixa de papelão com diversos objectos

1 máquina fotográfica

Etc

1.200$00 a Miguel Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda

1.800$00 a Albano Alves Simão”

montagem ant e perf.indd 185 11/02/14 22:36:35

Os objetos concretos fazem parte da vida das pessoas e permitem o acesso ao quotidiano, às formas de vida ocultas e aparentemente pouco importantes, porque não se revestem de um carácter extraordinário, não se constituem em acontecimentos.

A listagem de objetos apreendidos nesta casa clandestina permite-nos agrupá-los em duas grandes categorias: os objetos para a atividade política, nomeadamente os jornais e panfletos, o material tipográfico ou de secretaria e os objetos eminentemente utilitários, necessários à vida diária: móveis, roupa, louça. Aliás, não se encontram nestas listagens objetos que possam ser considerados supérfluos, entendendo este termo no sentido de coisas sem utilidade, com exceção do busto de Camões e das duas estatuetas elefantes que podem ter sido usados como objetos decorativos colocados na entrada da casa para mostrar aos vizinhos o estatuto sociocultural e económico que os seus habitantes diziam ter. De salientar ainda a quantidade de livros apreendidos, 470, considerados pela PVDE como sendo de "matéria subversiva", não indicando os respetivos títulos, que podem mostrar que a leitura era uma atividade exercida nas casas clandestinas. É ainda comum encontrar-se, para além da cama, divãs, maples ou colchões, que eram utilizados por outros clandestinos quando necessitavam de passar a noite em outra casa, normalmente para a realização de reuniões. A bicicleta, que faz parte do imaginário da clandestinidade nos anos 40 – o homem de bicicleta, que percorria o país de lés a lés – é também um dos objetos apreendidos. De facto durante a década de 40 e 50, e mesmo depois (apesar de posteriormente as deslocações já se fazerem de automóvel e em transportes públicos), a bicicleta é o meio de transporte utilizado preferencialmente pelos clandestinos nas suas deslocações.

Todos aqueles que estavam na clandestinidade deviam ter uma pistola para ser utilizada em situações de necessidade de defesa pessoal, no entanto isso nem sempre acontecia.

O rádio era também um dos objetos que frequentemente faziam parte das *casas clandestinas,* pois permitia a audição de notícias e a possibilidade de ouvirem emissões ilegais como a Rádio Portugal Livre ou a Rádio Moscovo, possibilitando o acesso à informação.

montagem ant e perf.indd 186 11/02/14 22:36:35

Pode-se verificar que a humildade e modéstia das casas referida pelos clandestinos não significavam escassez de objetos. Deste modo, a extrema mobilidade existente, a mudança constante de casa parecem indicar uma facilidade de movimentos que na prática não se verificava. Mudava-se de casa muitas vezes, mas isso não significa que essa mudança não fosse difícil e não implicasse o transporte de muitos objetos.

A *casa clandestina* é um local de passagem, prestes a ser abandonado a qualquer momento, geralmente sem marcas da personalidade dos seus habitantes. Não existem fotografias, nem objetos pessoais. Não há sinais da história dos seus habitantes, pois isso poderia denunciá-los em caso de invasão da casa pela polícia. Não há uma relação de pertença e de posse face à casa, que não é mais do que um local de trabalho e de defesa contra o mundo exterior, daí que muitas vezes a designação utilizada para nomear a casa seja *instalação*. O termo *instalação* designa o lugar, preparado e mobilado para determinada atividade, adquirindo um sentido diferente de "casa" que designa o local onde se habita. Com esta designação valoriza-se o espaço enquanto local de trabalho em detrimento do espaço de habitação.

O arrendamento da casa era, por si só tarefa difícil. Implicava a indicação da profissão conveniente ao tipo de casa que se pretendia arrendar, como cuidados a ter na indicação da zona de origem, já que havia que dominar bem os costumes da região indicada, para que fosse possível representar o papel escolhido sem o perigo de cair em contradições. A exigência de

montagem ant e perf.indd 187 11/02/14 22:36:36

fiador era muitas vezes contornada com a proposta de alguns meses de pagamento de renda adiantada como garantia de seriedade.

Pode-se pois considerar que as *casas clandestinas* eram em tudo semelhantes a outras habitações. Era a semelhança com o meio envolvente e a mimética que se procurava estabelecer que determinava a situação de clandestinidade da habitação. A *casa clandestina* era determinante para a manutenção de um partido clandestino, pois era esta rede de casas – o *aparelho ilegal*, como era designado na gíria partidária – que era usada para as mais diversas atividades da estrutura partidária, desde os encontros e reuniões até às tipografias existentes para a impressão dos jornais, manifestos e panfletos. É de salientar que o *aparelho político* e o *aparelho técnico,* formado pelo conjunto de tipografias, eram completamente separados e estanques, não havendo conexões entre si. Não é, pois, de estranhar que a segurança da habitação clandestina tivesse de ser mantida a todo o custo, pois de cada vez que a polícia política assaltava uma casa para além da detenção dos clandestinos que nela se encontravam havia sempre a possibilidade de apreender elementos que lhe fornecessem indicações sobre a atividade da organização, podendo levar à detenção de outros clandestinos e à localização de outras casas.

Este texto não pretendeu debruçar-se sobre o PCP do ponto de vista da organização, nem tão pouco das linhas políticas que defendeu, nem das lutas de massas que desenvolveu; o que nos interessou foi compreender o contexto de vida, o quotidiano, os aspetos aparentemente banais da vida diária que normalmente não atraem a atenção dos investigadores, mas que se revelam fundamentais para a compreensão da cultura específica que representava a clandestinidade comunista, uma realidade cronologicamente tão próxima e antropologicamente tão distante. Uma realidade cuja ação e atuação só eram conseguidas com a ausência total de exibição. Ação e atuação que para existirem tinham de ser camufladas e dissimuladas. Foi esta capacidade de iludir, de se adaptarem ao conhecimento que a polícia política tinha sobre a forma de funcionamento, de viverem em constante performance que permitiu ao PCP resistir clandestinamente de forma tão duradoura.

montagem ant e perf.indd 188 11/02/14 22:36:37

Biliografia

BOURDIEU, Pierre, 1997, "A Ilusão Biográfica" in *Práticas sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora

CASTANHEIRA, Alexandre, 2003, *Outrar-se ou a longa invenção de mim*, Porto, Campo das Letras

CUNHAL, Álvaro [António Vale], "Cinco notas sobre forma e conteúdo" in. *Vértice*, Agosto – Setembro 1954

DIAS, Maria Luísa Costa,1982, *Crianças Emergem da Sombra - Contos da Clandestinidade,* Lisboa, Edições Avante!

FERREIRA, Elisabeth F. Xavier, 1996, *Mulheres, Militância e Memória*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas

GOFFMAN, Erving, 1996, *Manicómios, Prisões e Conventos.* São Paulo: Editora Perspectiva

GOFFMAN, Erving, 1999, *A Representação do Eu na Vida Quotidiana,* Petropólis, Vozes

MELO, Rose Nery Nobre de, 1975, *Mulheres Portuguesas na Resistência,* Lisboa, Seara Nova

NOGUEIRA, Cristina, 2009, *De Militantes a Clandestinos – Práticas e Processos de Formação na Clandestinidade Comunista*, Porto, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação apresentada à Universidade do Porto.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, 1982, *60 anos ao serviço do povo e da pátria,* Lisboa, Edições Avante!

PEREIRA, José Pacheco, 1993, *A Sombra - Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva

REIMÃO, Cassiano, 1996, "A cultura enquanto suporte da identidade, da tradição e da memória", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*

ROCHER, Guy, 1989, *Sociologia Geral – A Ação Social*, Lisboa, Presença

SCOTT, James, 2013, *A Dominação e a Arte da Resistência - Discursos Ocultos*, Lisboa, Livraria Letra Livre

Documentação

A Voz das Camaradas das Casas do Partido, nº 4 de Setembro de 1956, Arquivo pessoal de Domicilia Costa

ADLSB-JUD-TCL Proc. 45076 Cx. 019

TT – PIDE/DGS Diretoria do Porto PC. 729/45

TT- PIDE/DGS Serviços Centrais PC. 589/59

Imagem nº 1

TT – PIDE/DGS – PC 589/59

Fotografia dos materiais apreendidos na casa clandestina habitada por Carlos Aboim Inglês e Maria Adelaide Dias Coelho, 1959

montagem ant e perf.indd 189 11/02/14 22:36:37